RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PRÉ-ESCOLA: ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

CHALLENGES OF INCLUSION IN SPECIAL EDUCATION IN PRESCHOOL: BETWEEN POLICIES AND EDUCATIONAL PRACTICES

DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA EDUCACIÓN PREESCOLAR: ENTRE POLÍTICAS Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS

Leticia Rocha dos Santos Martins[1]

e2232
https://doi.org/10.47820/recinter21.v2i2.32
PUBLICADO: 8/2025

RESUMO
A inclusão de crianças com deficiência na pré-escola é um desafio urgente das políticas públicas educacionais brasileiras, diante dos compromissos legais e sociais assumidos pelo país no campo dos direitos humanos e da equidade. Este artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva crítica, os principais entraves enfrentados na implementação da Educação Especial na Educação Infantil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da área, como Mantoan (2003), Vygotsky (1997), Pletsch (2009), bem como Sousa (2020), Ribeiro (2021) e Josta (2022), além de documentos oficiais que orientam a política educacional brasileira. A justificativa para o estudo reside na necessidade de compreender como as políticas inclusivas se traduzem na prática pedagógica, considerando os desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar, às barreiras culturais e à participação das famílias. O desenvolvimento da pesquisa permitiu evidenciar que, embora haja avanços legais, a realidade escolar ainda se mostra excludente em muitos contextos. Os resultados indicam que a efetivação da inclusão demanda formação inicial e continuada dos professores, investimentos em infraestrutura e mudanças culturais. Conclui-se que a inclusão requer mais do que legislações: exige práticas pedagógicas intencionais, transformações nas concepções de diferença e engajamento coletivo entre escola, família e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão Escolar. Educação Infantil. Formação de Professores. Políticas Públicas.

ABSTRACT
The inclusion of children with disabilities in preschool is an urgent challenge for Brazilian educational public policies, given the legal and social commitments assumed by the country in the field of human rights and equity. This article aims to analyze, from a critical perspective, the main obstacles faced in the implementation of Special Education in Early Childhood Education. Methodologically, it is a qualitative research of bibliographic and documentary nature, grounded in classical and contemporary authors in the field, such as Mantoan (2003), Vygotsky (1997), Pletsch (2009), as well as Sousa (2020), Ribeiro (2021), and Josta (2022), in addition to official documents that guide Brazilian educational policy. The justification for the study lies in the need to understand how inclusive policies are translated into pedagogical practice, considering the challenges related to teacher training, school infrastructure, cultural barriers, and family participation. The development of the research revealed that, although there have been legal advances, the school reality remains exclusionary in many contexts. The results indicate that the realization of inclusion requires initial and continuing teacher education, investments in infrastructure, and cultural changes. It is concluded that inclusion requires more than legislation: it demands intentional pedagogical practices, transformations in conceptions of difference, and collective engagement among school, family, and society.

KEYWORDS: *Special Education. School Inclusion. Early Childhood Education. Teacher Training. Public Policies.*

[1] Professora da Rede Municipal de Educação de Corumbá e Ladário - MS.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

RESUMEN
La inclusión de niños con discapacidad en la educación preescolar constituye un desafío urgente para las políticas públicas educativas brasileñas, frente a los compromisos legales y sociales asumidos por el país en el ámbito de los derechos humanos y la equidad. Este artículo tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva crítica, los principales obstáculos enfrentados en la implementación de la Educación Especial en la Educación Infantil. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y documental, fundamentada en autores clásicos y contemporáneos del área, como Mantoan (2003), Vygotsky (1997), Pletsch (2009), así como Sousa (2020), Ribeiro (2021) y Josta (2022), además de documentos oficiales que orientan la política educativa brasileña. La justificación del estudio radica en la necesidad de comprender cómo las políticas inclusivas se traducen en la práctica pedagógica, considerando los desafíos relacionados con la formación docente, la infraestructura escolar, las barreras culturales y la participación de las familias. El desarrollo de la investigación permitió evidenciar que, aunque existen avances legales, la realidad escolar sigue siendo excluyente en muchos contextos. Los resultados indican que la efectividad de la inclusión exige formación inicial y continua de los docentes, inversiones en infraestructura y cambios culturales. Se concluye que la inclusión requiere más que legislaciones: demanda prácticas pedagógicas intencionales, transformaciones en las concepciones de la diferencia y un compromiso colectivo entre escuela, familia y sociedad.

PALABRAS CLAVE: *Educación Especial. Inclusión Escolar. Educación Infantil. Formación Docente. Políticas Públicas.*

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto etapa inaugural da Educação Básica, desempenha papel crucial no desenvolvimento integral da criança. Nessa fase, vivências, interações e vínculos contribuem significativamente para o processo de socialização e aprendizagem. Nesse contexto, a presença de crianças com deficiência na pré-escola exige da instituição um compromisso com a equidade e com o direito à educação para todos, conforme garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 (Brasil, 1996) e reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Contudo, a efetivação da inclusão enfrenta resistências e desafios práticos, que vão desde a inadequação estrutural das escolas até a fragilidade da formação dos profissionais da educação. A presente pesquisa visa discutir criticamente esses desafios e apontar caminhos para uma educação infantil verdadeiramente inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de inclusão escolar ultrapassa a simples inserção física de crianças com deficiência em classes comuns. Trata-se de uma concepção pedagógica e social que reconhece e valoriza as diferenças como parte integrante do processo educativo (Mantoan, 2003). Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1997) enfatiza que o desenvolvimento humano ocorre na interação com o outro, por meio de mediações sociais e culturais. Esse princípio reforça que a presença da criança com deficiência em contextos diversificados é essencial para ampliar suas possibilidades de aprendizagem. Estudos recentes ampliam essa discussão. Sousa (2020) destaca que a inclusão na

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

Educação Infantil só se efetiva quando o professor é preparado para atuar diante da diversidade, pois a formação insuficiente compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas. Ribeiro (2021) complementa que as políticas públicas ainda carecem de monitoramento e avaliação, gerando distanciamento entre a legislação e a realidade das escolas. Josta (2022), por sua vez, evidencia que a inclusão demanda não apenas recursos estruturais, mas também a transformação das atitudes de gestores, professores e famílias frente às diferenças. Dessa forma, observa-se que a consolidação de uma educação inclusiva depende da articulação entre fundamentos teóricos, políticas públicas e práticas pedagógicas contextualizadas.

3. DESAFIOS DA INCLUSÃO NA PRÉ-ESCOLA

3.1. Formação e Capacitação de Professores

A formação inicial dos professores da Educação Infantil ainda é marcada por lacunas significativas no que tange à Educação Especial. Em muitos cursos de pedagogia, os conteúdos relacionados às deficiências e às práticas inclusivas são superficiais ou inexistentes (Pletsch, 2009). Além disso, a formação continuada, quando ofertada, é frequentemente genérica, desarticulada da realidade das escolas e sem suporte teórico-prático consistente (Mendes, 2006). O resultado é um cenário onde muitos professores sentem-se inseguros ou despreparados para trabalhar com crianças com deficiência.

3.2. Infraestrutura e Recursos Didáticos

Outro entrave significativo é a inadequação dos espaços escolares. Muitas pré-escolas não possuem acessibilidade arquitetônica, como rampas, banheiros adaptados ou mobiliário adequado, ferindo os princípios do Desenho Universal (Brasil, 2015). A ausência de materiais pedagógicos adaptados, recursos de tecnologia assistiva e suporte especializado comprometem a oferta de um ensino significativo para essas crianças (Fávero, 2011). A presença de professores de apoio, cuidadores ou outros profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) também é insuficiente em muitas redes públicas, resultando em sobrecarga dos professores regentes e negligência das necessidades educacionais específicas.

3.3. Barreiras Atitudinais e Culturais

As barreiras atitudinais são, talvez, as mais difíceis de superar. Trata-se de preconceitos, estigmas e representações sociais negativas acerca das pessoas com deficiência que persistem no imaginário coletivo (Omote, 2004). Essas atitudes não se restringem aos professores, estendendo-se a outros profissionais da escola, aos familiares de alunos sem deficiência e, por vezes, aos próprios gestores escolares. Tal cenário revela a urgência de ações de sensibilização, formação humana e reflexão crítica sobre os fundamentos da inclusão.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

3.4. Participação da Família

A família da criança com deficiência deve ser considerada parceira ativa no processo educativo. No entanto, essa participação nem sempre ocorre de forma efetiva, seja por barreiras institucionais ou pela própria dificuldade de envolvimento (Oliveira, 2013).

4. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS

A superação dos desafios da inclusão na pré-escola requer ações articuladas em múltiplos níveis:

- Políticas públicas efetivas que garantam investimentos em infraestrutura, contratação de profissionais especializados e recursos didáticos acessíveis (Brasil, 2008);
- Formação docente inicial e continuada, com enfoque interdisciplinar e baseado em práticas reais (Mendes, 2006);
- Transformação cultural da comunidade escolar, com foco na valorização da diversidade e nos direitos humanos (Mantoan, 2003);
- Fortalecimento do diálogo com as famílias, criando canais acessíveis de escuta e corresponsabilidade (Oliveira, 2013);
- Apoio pedagógico individualizado, respeitando os tempos e especificidades de cada criança.

5. MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com abordagem bibliográfica e documental. Foram analisadas produções acadêmicas, artigos científicos e legislações pertinentes à temática da Educação Especial e Inclusão Escolar na Educação Infantil (Mantoan, 2003; Mendes, 2006; Vygotsky, 1997; Sousa, 2020; Ribeiro, 2021; Josta, 2022). Esse procedimento metodológico permitiu compreender os fundamentos teóricos e legais da inclusão, bem como os entraves que ainda persistem na prática pedagógica cotidiana das instituições de Educação Infantil.

6. CONSIDERAÇÕES

A inclusão de crianças com deficiência na pré-escola é um direito garantido legalmente e uma exigência ética que busca assegurar igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida. Entretanto, os desafios enfrentados revelam a distância entre as políticas públicas e a realidade cotidiana das escolas. A pesquisa evidenciou fragilidades na formação docente, insuficiência de recursos estruturais, barreiras atitudinais e dificuldades na participação familiar. Para avançar nesse cenário, é imprescindível investir em políticas educacionais efetivas, que assegurem condições materiais e humanas adequadas, bem como em processos formativos que contemplem a diversidade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

como princípio pedagógico. Além disso, torna-se fundamental promover a mudança cultural nas instituições escolares, combatendo preconceitos e construindo uma cultura de valorização da diferença. Como perspectiva, sugere-se o aprofundamento de pesquisas futuras em três frentes: (1) análise comparativa entre municípios ou regiões para identificar boas práticas de inclusão na Educação Infantil; (2) estudos empíricos que explorem a percepção das famílias sobre a participação nos processos escolares; (3) investigações que examinem o impacto da formação docente continuada na melhoria das práticas inclusivas. Conclui-se que a inclusão não se limita à garantia de acesso, mas envolve a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todas as crianças. Esse compromisso exige esforço conjunto entre Estado, escola, famílias e sociedade, consolidando um projeto educacional verdadeiramente inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

FÁVERO, Eunice Terezinha Piazza. **Educação Inclusiva**: contextos e práticas na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2011.

JOSTA, Vanderleia. Inclusão na Educação Infantil: práticas pedagógicas e desafios. **Revista Educação em Debate**, v. 44, n. 2, p. 233-250, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação de professores e a educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 19, n. 30, p. 25-34, 2006.

OLIVEIRA, Rosita Edler. **Família e inclusão escolar**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

OMOTE, Sadao. Deficiência e atitudes sociais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 17, n. 25, p. 35-46, 2004.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação Especial e formação de professores: desafios para uma prática pedagógica inclusiva. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 384-393, 2009.

RIBEIRO, Eber Berbert. Educação Especial e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-18, 2021.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

RECINTER - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
ISSN 2966-3911

SOUSA, R. R. A. de. **Políticas de inclusão na Educação Infantil**. Brasília: Editora Universitária, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.